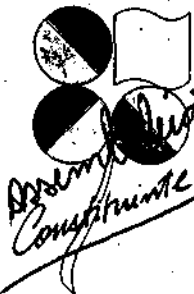


4 JUN 1985

PT apresentará emenda convocatória

Da Reportagem Local



A bancada federal do PT pretende apresentar ao Congresso Nacional, provavelmente amanhã, seu projeto de emenda constitucional que prevê, entre outros itens, a convocação de eleições para 1º de março de 1986 para composição da Assembleia Nacional Constituinte e a revogação das atribuições do Conselho de Segurança Nacional, das medidas de emergência e das leis de Greve, Imprensa e Segurança Nacional. A emenda à Constituição, redigida em onze artigos, atribui ao atual Congresso o poder de convocar a Assembleia Nacional Constituinte.

Antes de divulgar oficialmente a emenda, a direção do PT tenciona, através de seu presidente, Luís

Inácio Lula da Silva, fazer a entrega formal do projeto aos presidentes da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, e também aos líderes de todos os partidos no Congresso.

Além de fixar a data das eleições para a Constituinte, a emenda do PT estabelece, entre outros pontos, que a Assembleia será unicameral (sem a divisão de Câmara e Senado) e terá número de representantes "calculado proporcionalmente ao número de eleitores por Estado, mantendo-se, entretanto, como patamar mínimo, o atual número de representantes por Estado." A emenda prevê também, em seu artigo 4º, a participação na Constituinte dos "partidos políticos que obtiverem o registro até a data das convenções partidárias para escolha de candidatos".

Emenda Righi

O deputado federal Gastone Righi (PTB-SP), 49, desencadeou ontem

uma ofensiva promocional em torno da proposta de emenda constitucional de sua autoria, que convoca para 1986 a Assembleia Nacional Constituinte. Gastone, pessoalmente, saiu colocando cartazes feitos a mão pelos corredores e outras dependências do Congresso. Além disso, enviou um pequeno folheto a cada senador ou deputado, falando sobre sua emenda. Hoje, o deputado vai encaminhar uma carta a cada senador, discorrendo sobre a posição do governo a respeito do assunto.

A proposta de emenda de Righi deverá ser votada na quarta-feira da próxima semana, dia 12. A data da votação acabou sendo favorecida pelo fato de que o projeto de regulamentação da legislação eleitoral só poderá ser votado na semana que vem e isso forçará os líderes de todos os partidos a convocarem suas bancadas.

Gregori assume e vai cuidar da comissão em SP

Da Reportagem Local

O governador de São Paulo, Franco Montoro, 68, ao dar posse ontem ao novo secretário da Descentralização e Participação, deputado José Gregori, anunciou que São Paulo, a exemplo do governo federal, terá uma comissão para colaborar na preparação de uma Assembleia Nacional Constituinte e que esta será uma das tarefas prioritárias do novo secretário.

Com quarenta minutos de atraso, Montoro chegou para empossar Gregori que demonstrava prestígio pessoal ao encher o Salão dos Despachos com "representantes" da sociedade civil e muitos políticos. Primeiro falou o ex-secretário Franco Barusel-

li, 54, que aparentou não ter mágoa por deixar o secretariado e retornar à Assembleia Legislativa, considerando um êxito a montagem daquela Secretaria principalmente "pelo que ela não fez: corporativismo e populismo, dois vírus resistentes na política brasileira".

Gregori, elogiando seu antecessor, mostrou em sua fala que suas ambições como secretário ultrapassam os marcos existentes. Montoro, de certa forma, referendou os projetos do novo secretário ao anunciar uma comissão, que será presidida pelo professor Goffredo da Silva Telles.

Ficou evidente na posse do novo secretário que as próximas sucessões

— a de prefeito na Capital neste ano, e a de Montoro em 1986 — constituem preocupações fortes entre os membros do governo estadual. A ausência do vice-governador Orestes Quécia, que está em Santos preparando uma reunião de prefeitos, mostra que a presença de Gregori no secretariado tem um sentido político visível. Gregori é amigo íntimo de Fernando Henrique Cardoso e reforça o grupo que se autodenomina progressista no interior do governo. (GF)